

**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000.**

Atendendo o que preceitua o artigo 16 da Lei Complementar N.º: 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para custear o Projeto de Lei XXX/2014, conforme demonstração a seguir:



REVISÃO GERAL DOS SERVIDORES - 5,56%					
ANO	Meses Salário	13º Sal.	1/3 Férias	Encargos Sociais INSS	TOTAL
2014	R\$152.066,70	R\$12.672,23	R\$4.224,08	R\$37.171,86	R\$206.134,87
2015	R\$304.133,40	R66.906,35	R\$8.448,15	R\$74.343,72	R\$453.831,62
2016	R\$304.133,40	R\$66.906,35	R\$8.448,15	R\$74.343,72	R\$453.831,62

ITENS	ANO	TOTAL ANO COM PLC	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO	2014	R\$ 206.134,87	R\$ 23.230.000,00	0,00887
	2015	R\$ 453.831,62	R\$ 23.316.500,00	0,01946
	2016	R\$ 453.831,62	R\$ 24.102.000,00	0,01882

**Comentários sobre o Impacto Orçamentário e Financeiro:**

O impacto orçamentário financeiro para o exercício de 2014, em função PLC XXX/2014 irá impactar no orçamento em **R\$ 206.134,87**, cerca de **0,887%** do orçamento de 2014.

A despesa gerada será compensada através da Contenção/Redução de gastos fixos por parte da Prefeitura Municipal tais como Contratos Temporários, Horas Extras, Telefone, Energia, Água e Abastecimento da Frota Municipal, ou seja, não haverá impacto significativo nas finanças municipais.

Com relação ao índice de Despesa com Pessoal, o Executivo atingiu em 2013 o percentual de 44,01 % e projeta o índice de Despesa com Pessoal para 52,41% ao final de 2014, portanto abaixo o limite legal permitido de 54%.

Diante das informações acima, os gastos gerados com o PLC XXX/2014 não irão interferir no atendimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.


Para os exercícios de 2015 e 2016 apesar dos reajustes previstos no projeto, estes também não irão refletir nas metas da LDO e LOA em função dos acréscimos da Receita Corrente Líquida do Município gerada pelo crescimento da economia do município e pelas ações de execução fiscal tributária, compensando os efeitos do projeto de Lei e fazendo com que o executivo continue dentro dos limites de despesa com pessoal fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Indianópolis-MG, 24 de Junho de 2014.

  
**Mauro Caetano Junior**  
Secretário de Administração e Finanças

  
**Marcus Vinícius de Almeida**  
Contador

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG

Protocolo nº 103/2014  
Data: 24/6/14 . Horário: 16:15H5  
  
Responsável pelo Protocolo